

Director

Rui Leão Martinho

Coordenador-Geral

António Ramos Gomes

Conselho Editorial

António Marta
António Pinheiro
António Pinho Cardão
António Simões Lopes
Bento Murteira
Carlos Tavares
Daniel Bessa
Eduardo Catroga
Francisco Murteira Nabo
Guilherme Vaz
Jacinto Nunes
João Costa Pinto
João Salgueiro
João da Silva Ferreira
José de Almeida Serra
José Félix Ribeiro
José da Silva Lopes
Manuel de Oliveira Marques
Manuela Morgado
Mário Adegas
Mário Baptista
Mário Cristina de Sousa
Miguel Cadilhe
Nicolau Santos
Teodora Cardoso

Directora Comercial

Maria Manuela de Almeida

Departamento de Assinaturas

Fernando Cotrim Costa

Projecto Gráfico

RIV®design

Paginação

António Paulo Gomes | Rui Ligeiro

Propriedade e edição

Polimeios – Produção de Meios, Lda.

Redacção, Administração, Publicidade

e Departamento de Assinaturas:

Rua Francisco Rodrigues Lobo, 2-R/C Dto.

1070-134 LISBOA, Portugal

Telefones: 213 859 950/9 Fax: 213 851 430

E-mail geral: c.economia@mail.telepac.pt

URL: www.cadernoseconomia.com.pt

ERC 109627. Depósito legal n.º 18969/87

ISSN 0874-4068

Produção Gráfica: Polimeios

Tiragem: 20 000 exemplares

Distribuição nacional: Logista Portugal, S.A.

Ano XXV – Número 98 – Jan/Mar 2012

A revista Cadernos de Economia
é uma realização conjunta da Polimeios
e da Ordem dos Economistas Portugueses

Envelhecimento activo

Nos nossos dias, é inaceitável a ideia de um "envelhecimento para as estatísticas". Em sua substituição, desenvolve-se o princípio de um "envelhecimento activo", que inclui a possibilidade de laboração para além da idade convencional - mas, sempre, com boa qualidade de vida.

Todavia, esta mudança de filosofia causa novos e complexos problemas.

A solução/minimização de tais problemas convoca, desde logo, as empresas para a assunção de uma maior responsabilidade social. Mas toda a sociedade tem de ser envolvida, nomeadamente através da chamada "solidariedade entre gerações". E, claro, o Estado, obrigado a enveredar por novas políticas públicas para responder à transformação demográfica que se acentua.

Neste "Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações", que ora se inicia, os Cadernos de Economia dedicam a edição de Março ao assunto. >|<

A ORTOGRAFIA DOS CADERNOS DE ECONOMIA

Nos termos da legislação portuguesa em vigor (Resolução da Assembleia da República n.º 35/2008 – DR 145, de 29/7/2008), até 2015 coexistem as duas ortografias – a anterior e a que se rege pelo novo Acordo.

Assim, alguns autores das nossas publicações já escrevem conforme o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, mas a maioria faz questão de optar pela ortografia antiga.

Naturalmente, até 2015 todos escreverão conforme as suas opções.

Entendemos que não é necessário inserir uma nota no final dos artigos, por considerarmos ser claro que a ortografia de cada um deles respeita a vontade de quem escreveu. Qualquer "esclarecimento" tornar-se-ia redundante.

7	Sensibilizar as empresas para o envelhecimento activo	<i>Rui Leão Martinho</i>
9	Vivendo mais, trabalhando mais	<i>Stella António</i>
13	O paradoxo do envelhecimento	<i>Manuel Villaverde Cabral</i>
17	A solidariedade intergeracional	<i>Maria João Quintela e Margarida França</i>
22	A difícil equação – Pensões sustentáveis e melhor protecção	<i>Fernando Ribeiro Mendes</i>
26	Envelhecimento – Contributos para uma agenda da inovação	<i>Isabel Mota</i>
29	A Economia Social e o futuro de Portugal	<i>Pedro Mota Soares</i>
33	Envelhecimento e despesa em cuidados de saúde	<i>Pedro Pita Barros</i>
36	Os idosos e a prestação de cuidados – A emergência de um nicho de mercado	<i>Carla Ribeirinho</i>
40	Emprego sénior e envelhecimento activo	<i>Glória Rebelo</i>
46	As pessoas idosas enquanto consumidoras de cultura e lazer	<i>Luís Jacob</i>
49	Um desafio para a responsabilidade social das empresas	<i>Maria Joaquina Madeira</i>
53	O desafio das empresas numa sociedade grisalha	<i>Paula Guimarães</i>
58	Um tempo de encontro com novos horizontes	<i>Inês Murteira</i>
62	A responsabilidade das empresas no envelhecimento activo	<i>João Wengorovius Meneses</i>
65	Da filantropia à responsabilidade social corporativa	<i>Zeinal Bava</i>
68	Moda ou necessidade? – A (ir)responsabilidade social das empresas	<i>Mário de Jesus e João Rocha Santos</i>
72	A escolaridade e o capital humano	<i>Sandrina Berthault Moreira</i>
78	A gestão do valor partilhado	<i>Francisco Jaime Quesado</i>
81	Mitos e contradições	<i>Nicolau Santos</i>

A escolaridade e o capital humano

SANDRINA BERTHAULT MOREIRA

ESCE-IPS, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E GESTÃO | BRU-IUL, INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, GRUPO DE ECONOMIA

Este que é o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações abre espaço para uma reflexão sobre a maior longevidade dos europeus e as oportunidades que daí decorrem. A escolaridade é, naturalmente, um factor determinante numa sociedade para todas as idades e, em particular, mais envelhecida. De facto, a educação adquirida no sistema formal de ensino é condição de acesso ao conhecimento e este, por sua vez, reflecte-se numa multiplicidade de benefícios para o indivíduo que o detém e para a sociedade em geral. Assim, tendo a escolaridade como objecto de estudo, propomo-nos no presente artigo dar conta da forma mais apropriada de medição do nível de educação formal na sociedade, ilustrando os indicadores sugeridos com uma aplicação empírica ao caso português.

ANOS DE ESCOLARIDADE MÉDIA

A avaliação empírica do nível de escolaridade é a abordagem preferencial de quantificação do nível de educação (formal) na sociedade. Nesse âmbito, diversos indicadores de *output* podem aferir a quantidade da escolaridade, ainda que, em termos agregados, a opção escolhida seja, privilegiadamente, a estimativa dos anos de escolaridade média, designadamente, a medida com aplicação internacional proposta por Barro e Lee (1993, 1996, 2001, 2010a) – YS_{BL} :

$$YS_{BL} = \sum_{ls} [h_{ls} (\sum_i^{ls} D_i)]^{(1)}$$

em que h_{ls} é a proporção da população adulta para o qual ls foi o nível de escolaridade mais elevado que alcançaram e D_{ls} a duração do nível de escolaridade ls , com ls a corresponder, respectivamente, ao primário incompleto, primário completo, primeiro ciclo do secundário, segundo ciclo do secundário, ensino superior

incompleto e ensino superior completo. De acordo com os dados mais recentes, Portugal apresenta em 2010 um nível médio de escolaridade de 7,993 anos (Barro e Lee, 2010b).

Para uma melhor compreensão de um indicador deste tipo, apresentamos, de seguida, o resultado da aplicação a Portugal de um procedimento simplificado para o cálculo do número médio de anos de escolaridade.

A figura 1 apresenta a partição da população portuguesa segundo o nível de escolaridade completo, a fim de possibilitar uma primeira leitura sobre o seu nível de educação formal.

A figura 1 mostra que os indivíduos em cada um dos níveis de escolaridade considerados representavam, em 2009, 10,8% (sem instrução), 29,1% (básico – 1.º ciclo), 14,6% (básico – 2.º ciclo), 19,6% (básico – 3.º ciclo), 14,7% (secundário e pós-secundário) e 11,2% (superior) da

população com 15 e mais anos. Logo, mais de metade da população considerada (63,4%) possuía entre quatro e nove anos de escolaridade, abrangendo 5.716,6 mil indivíduos.

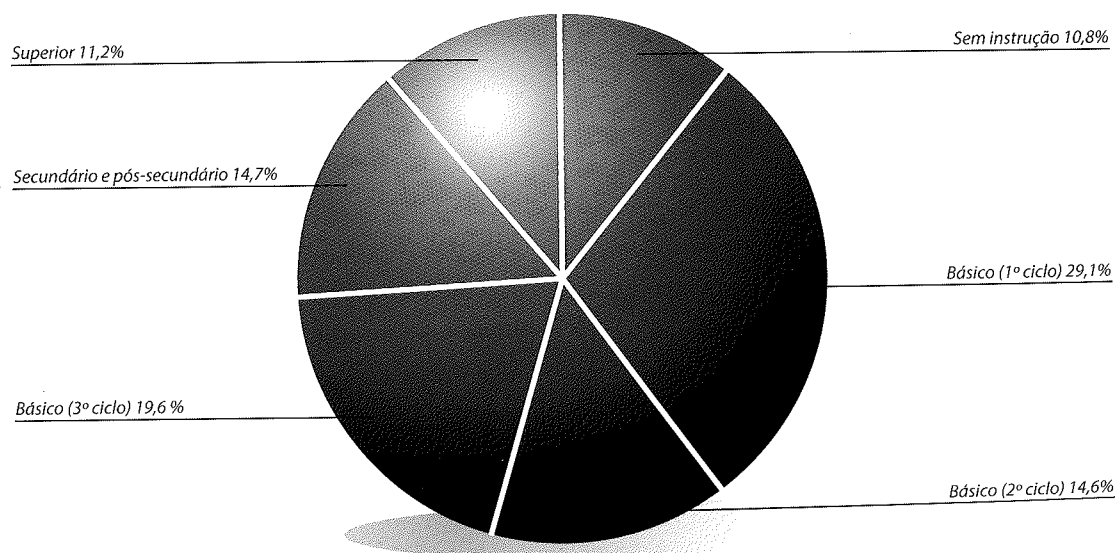
Conjugando os dados anteriores com a duração dos níveis de educação escolar do sistema educativo português, calculámos o nível médio de escolaridade da população portuguesa (com 15 e mais anos) em 2009 que, com base em alguns pressupostos, correspondeu a 7,5 anos⁽¹⁾.

Consideramos que o valor obtido para os anos de escolaridade média pode estar subestimado, essencialmente, por duas razões fundamentais: por um lado, aplicou-se não só a duração normal de frequência do secundário (três anos) à proporção de indivíduos para o qual “secundário e pós-secundário” foi o nível de escolaridade mais elevado que alcançaram, mas também o número de anos correspondente às idades

Figura 1

POPULAÇÃO PORTUGUESA (15 E MAIS ANOS) POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE COMPLETO

2009



Fonte: Elaboração própria com base em INE, 2010, Estatísticas do Emprego, pp.51-2.

Este que é o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Gerações abre espaço para uma reflexão sobre a maior longevidade dos europeus e as oportunidades que daí decorrem. A escolaridade é, naturalmente, um factor determinante numa sociedade para todas as idades e, em particular, mais envelhecida.

consideradas pelo INE (2009) para o cálculo da taxa de escolarização no ensino superior (cinco anos) à proporção de indivíduos para o qual "superior" foi o nível de escolaridade mais elevado que alcançaram⁽²⁾; por outro, não se avançou com qualquer pressuposto para níveis incompletos de ensino⁽³⁾.

Para uma população com idade igual ou superior a 15 anos e nas durações assumidas para os níveis de educação escolar considerados – básico, 1.º ciclo (quatro anos); básico, 2.º ciclo (dois anos); básico, 3.º ciclo (três anos); secundário e pós-secundário (três anos); superior (cinco anos) –, o valor máximo de escolaridade média que se poderia esperar obter varia entre nove e dezassete anos de escolaridade. Logo, em termos de escolaridade média, Portugal situa-se entre 44% e 83% do valor potencial. Consequentemente, em termos médios, os 7,5 anos obtidos por Portugal em 2009 correspondem a 63% do melhor nível médio de escolaridade possível de obter levando em linha de conta as considerações acima referidas.

A QUALIDADE DA ESCOLARIDADE

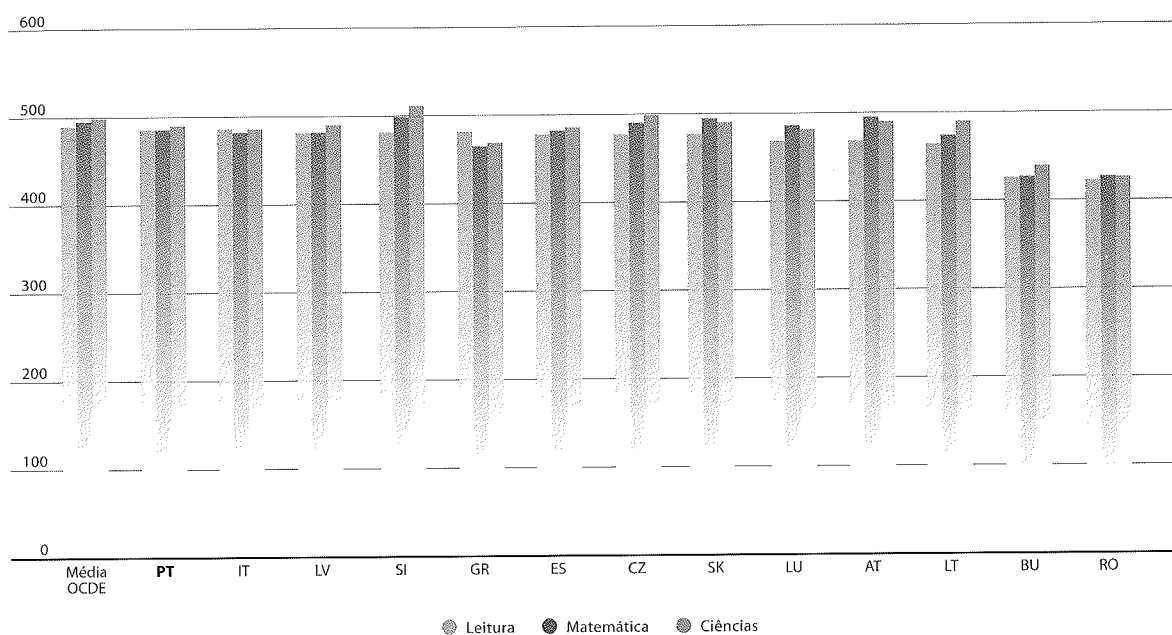
Uma crítica frequentemente apontada a uma medida dos anos de escolaridade média prende-se com a omissão da dimensão qualitativa do ensino – "*one year of schooling is not the same everywhere because [it] may reflect different amounts of acquired knowledge in different countries*" (Wößmann, 2003, p. 253). Esta limitação é tanto mais importante quanto mais abrangentes são os estudos que envolvem comparações internacionais, dado que a diferença na qualidade dos sistemas educativos entre países é consideravelmente mais significativa do que a referente a um só país. O indicador do *stock* de escolaridade precisa, portanto, de ser complementado com indicadores que possam mensurar a qualidade da escolaridade.

Nesse âmbito, os dois conjuntos possíveis de indicadores respeitam ao desempenho médio dos participantes de

Figura 2

RESULTADOS PISA 2009 (DESEMPENHO MÉDIO POR DOMÍNIO AVALIADO)

MÉDIA DA OCDE, PORTUGAL E PAÍSES DA UE COM PIORES PRESTAÇÕES QUE PORTUGAL



Fonte: Elaboração própria com base em OECD, 2010, PISA 2009 Results, Volume I, pp. 199, 226, 230.

um dado país em testes internacionais de avaliação de conhecimentos e competências adquiridas, além de medidas que captam o nível e qualidade dos recursos (físicos, humanos, financeiros) que um dado país afecta ao sector educativo (indicadores de input). Confinando a análise ao primeiro conjunto de indicadores, apresentamos na figura 2, os resultados que Portugal obteve, numa perspectiva comparada, no último PISA (Programme for International Student Assessment) da OCDE.

Como se observa na figura 2, Portugal apresentou nos três domínios em análise – leitura, matemática e ciências – um desempenho abaixo da média da OCDE, com os resultados no domínio da leitura a não serem significativamente diferentes da média da OCDE, em termos estatísticos (OCDE, 2010). Tais resultados obtidos no PISA de 2009 fizeram com que o País se situasse nos mesmos níveis de proficiência que os da média da OCDE⁽¹⁾. Adicionalmente, dos países da União Europeia participantes no PISA de 2009 (25 países da

UE27), Itália, Grécia, Espanha, Luxemburgo, Lituânia, Bulgária e Roménia apresentam classificações que, naqueles três domínios, se situaram abaixo das obtidas por Portugal⁽⁵⁾.

>|<

AGRADECIMENTOS

O presente artigo decorre da investigação conducente à realização da tese de Doutoramento em Economia da autora, pelo que um agradecimento especial é dirigido ao seu orientador, o Doutor Nuno Crespo (Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL e BRU-IUL). A autora agradece ainda o apoio da FCT/Fundação para a Ciência e Tecnologia – PROTEC; UNIDE/BRU (PEst-OE/EGE/UI0315/2011).

NOTAS

- (1) Recorde-se, a este respeito, da fórmula de cálculo (1). Além disso, como referido em GEPE/ME e INE (2009), a educação escolar em

Portugal divide-se nos ensinos básico, secundário e superior. De acordo com o sistema educativo português de 2008/2009, o ensino básico tem a duração de nove anos e organiza-se em três ciclos sequenciais – 1.º, 2.º e 3.º ciclos, sendo as idades normais de frequência desses ciclos de estudos de seis a nove, 10 a 11 e 12 a 14 anos, respectivamente. Por sua vez, o ensino secundário abrange mais três anos de escolaridade e para o ensino superior estão previstos três ciclos – licenciatura, mestrado e doutoramento – que, no total, perfazem mais onze anos de escolaridade, dos 18 aos 28 anos de idade (GEPE/ME e INE, 2009).

- (2) De acordo com a OECD (2009), em Portugal e no ano de 2007, o número de indivíduos entre os 25 e os 64 anos de idade com o nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao ensino pós-secundário (ISCED 4) e à segunda etapa do ensino superior (ISCED 6) foi de 0,67% e 0,82%, respectivamente.
- (3) Em relação a YS_{BL} , Barro e Lee admitem uma frequência desses níveis em metade do período de duração dos mesmos. Contudo, os micro-dados dos inquéritos ao emprego realizados pelo INE não apresentam informação que possibilite o cálculo das proporções de indivíduos com níveis de escolaridade incompletos.
- (4) Os resultados anteriores – PISA de 2006 – foram menos satisfatórios. As classificações obtidas por Portugal em 2006 – as quais se situaram abaixo das da média da OCDE em qualquer área de conhecimento avaliado – posicionaram o País no nível 2 para uma escala global de leitura representada por cinco níveis de proficiência e escalas globais de matemática e ciências de seis níveis, com a média dos alunos do espaço da OCDE a situar-se nos níveis de proficiência 3.
- (5) Além dos países referidos, verifica-se na figura 2 que Letónia e Eslováquia também apresentaram classificações no PISA de 2009 abaixo das de Portugal em duas das áreas de conhecimento avaliadas e Eslovénia, República Checa e Áustria numa dessas áreas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- Barro, R. J. e Lee, J. W. (2010a). *A New Data Set of Educational Attainment in the World, 1950-2010*, NBER Working Paper No. 15902, National Bureau of Economic Research.
- Barro, R. J. e Lee, J. W. (2010b). *Barro-Lee Educational Attainment Dataset*, [http://www.barrolee.com/], 01 de novembro de 2011.
- Barro, R. J. e Lee, J. W. (2001). "International Data on Educational Attainment: Updates and Implications", *Oxford Economic Papers*, 53 (3), pp. 541-63.
- Barro, R. J. e Lee, J. W. (1996). "International Measures of Schooling Years and Schooling Quality", *American Economic Review*, 86 (2), pp. 218-23.
- Barro, R. J. e Lee, J. W. (1993). "International Comparisons of Educational Attainment", *Journal of Monetary Economics*, 32 (3), pp. 363-94.
- GEPE/ME e INE (2009). *50 Anos de Estatísticas da Educação*, Volume I. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2010). *Estatísticas de Emprego 4.º Trimestre 2009*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2009). *Anuário Estatístico de Portugal 2008*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- OECD (2010). *PISA 2009 Results: What Students Know and Can Do – Students Performance in Reading, Mathematics and Science*, Volume I. Paris: OECD.
- OECD (2009). *Education at a Glance 2009 – OECD Indicators*. Paris: OECD.
- Wößmann, L. (2003). "Specifying Human Capital", *Journal of Economic Surveys*, 17 (3), pp. 239-70.